INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Av. Queiroz Filho, 1700 – 6° andar - 608
Sunny Tower – Torre D
05319-000 - São Paulo – SP – Brasil
Tel: (11) 3862-1844
sgs@sgsauditores.com.br
www.sgsauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Corumbá - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incêndios florestais:

No ano do 2020, ocorreram os incêndios florestais de forma devastadora. A região da Serra do Amolar foi atingida pelo fogo intensamente em quase sua totalidade. Segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da UFRJ (LASA), cerca de 90% das áreas que compõe a Rede do Amolar foram queimadas. Apesar do status de conservação criado pelo conjunto de reservas particulares da Rede do Amolar, as dimensões do impacto ainda são desconhecidas.

Face a essa situação, surgiu a necessidade de ações estratégicas para reduzir o impacto dos incêndios florestais, proteger a floresta, a vida e a propriedade das populações. Foram criadas fontes de receitas e doações para a Brigada Alto Pantanal, reportada na nota explicativa 18, e Preservação Serra do Amolar – reportada na nota explicativa 19.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2021.

SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Silvio de Jesus
CRC 1 SP 141.676/O-7

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais R$

ATIVO	Nota explicativa	**2020**	**2019**
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		24	24
Bancos – sem restrição		328.208	30
Bancos - com restrição		745	-
Reserva operacional – sem restrição	4	870.105	55.098
Reserva de projetos – com restrição	5	133.285	144.578
Fundo de sustentabilidade – com restrição	6	532.476	297.278
Créditos a receber	7	16.367	9.027
Total do circulante		**1.881.210**	**506.035**
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	1.091.341	876.746
Intangível	9	12.997	28.077
Total do não circulante		**1.104.337**	**904.823**
TOTAL DO ATIVO		**2.985.547**	**1.410.858**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais R$

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores de bens e serviços		42.866	32.437
Obrigações com empregados	10	73.650	29.054
Arrendamentos	14	30.000	30.000
Encargos sociais	11	51.538	15.388
Obrigações tributárias	12	8.724	4.682
Outras obrigações	13	17.933	66.443
Recursos de projetos em execução	15	133.285	144.512
Total do passivo circulante		**357.996**	**322.516**
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	14	360.000	390.000
Total do passivo não circulante		**360.000**	**390.000**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		2.267.551	698.342
Total do patrimônio líquido		**2.267.551**	**698.342**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.985.547**	**1.410.858**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais R$

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com restrição			
Convênios Governamentais	17	56.895	66.759
Patrocínio não governamental	17	24.518	279.658
Trabalho voluntário	22	166.300	165.200
		247.713	**511.617**
Sem restrição			
Doações Brigada alto Pantanal	18	1.290.193	-
Doações Preservação Serra do Amolar	19	785.472	-
Serviços prestados		158.589	254.115
Termo de parceria – Instituto Acaia	17	351.797	342.780
Doações de pessoas jurídicas		192.587	446.632
Doações de pessoas físicas		398.714	484.611
Receitas de TCRAE	20	653.500	475.250
Receitas financeiras		10.281	5.219
Outras receitas		272	-
		3.841.405	**2.008.607**
Outras receitas operacionais – sem restrição		**813**	**998**
Doações de imobilizado			
Outras receitas		813	998
Total de receitas		**4.089.931**	**2.521.222**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com programas de meio ambiente			
Custos e despesas operacionais		(1.760.067)	(1.764.691)
Trabalho voluntário	22	(166.300)	(165.200)
		(1.926.971)	**(1.929.891**
Resultado bruto		**2.162.960**	**591.331**
Despesas Operacionais e administrativas		(591.371)	(382.284)
Superávit (déficit) do período		**1.571.589**	**209.047**
Ajustes patrimoniais		(1.838)	7.866
Resultado abrangente		**1.569.750**	**216.913**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais R$

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit (Déficit)	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**481.429**	**-**	**-**	**481.429**
Ajustes patrimoniais	-	-	7.866	7.866
Superávit do período	-	-	209.047	209.047
Transferência do superávit	216.913	-	(216.913)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**698.342**	**-**	**-**	**698.342**
Ajustes patrimoniais	-	-	(2.380)	(2.380)
Superávit do período	-	-	1.571.589	1.571.589
Transferência do superávit	1.569.209	-	(1.569.209)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**2.267.551**	**-**	**-**	**2.267.551**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais – R$

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	1.571.589	209.047
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	74.091	79.056
Ajustes patrimoniais	(2.380)	7.866
Redução (aumento) do ativo		
Créditos a receber	(7.340)	3.436
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores de bens e serviços	10.429	788
Obrigações com empregados	44.596	(11.713)
Encargos sociais	36.150	(2.234)
Obrigações tributárias	4.042	1.367
Outras obrigações	(48.510)	49.592
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	**1.682.667**	**337.205**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	(273.606)	(445.334)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	**(273.605)**	**(445.334)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento (redução) de recursos de projetos a executar	(11.227)	(155.570)
Aumento (redução) de arrendamentos	(30.000)	420.000
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	**(41.227)**	**264.430**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**1.367.834**	**156.301**
Caixa e equivalentes no início do período	497.008	340.707
Caixa e equivalentes no fim do período	1.864.843	497.009
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**1.367.834**	**156.301**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Homem Pantaneiro é uma entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na cidade de Corumbá / MS, tem prazo de duração indeterminado e abrangência nacional.

O Instituto tem por finalidade:

a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionadas com educação, monitoramento, controle, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade segurança ambiental;

b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionados com a educação, pesquisa, formação, treinamento e capacitação e recursos humanos na área ambiental;

c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos, consultoria ambiental, avaliação, relatórios e impacto ambiental;

d) Prestar serviços e consultorias a instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação, formação, treinamento capacitação, qualificação profissional, planejamento, execução de todas as atividades, organização e operacionalização de eventos relacionados com o meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. RESERVA OPERACIONAL – SEM RESTRIÇÃO

	2020	2019
Fundos de aplicações financeiras	870.105	55.098
Total	**870.105**	**55.098**

Correspondem a recursos próprios do Instituto Homem Pantaneiro. Não estão empenhados e restritos a determinado projeto em execução, essas reservas podem ser utilizadas para aplicação geral no custeio da conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

5. RESERVA DE PROJETOS – COM RESTRIÇÃO

	2020	2019
Fundos de aplicações financeiras – Banco do Brasil (Pronac)	133.285	120.000
Fundos de aplicações financeiras – Banco do Brasil	-	24.512
Outras aplicações	-	66
Total	**133.285**	**144.578**

6. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE – COM RESTRIÇÃO

	2020	2019
Aplicação Itaú - 29512-3 (Premium DI)	532.476	297.278
Fundos de aplicações financeiras	-	-
Total	**532.476**	**297.278**

Correspondem a recursos próprios do Instituto Homem Pantaneiro. Não estão empenhados e restritos a determinado projeto em execução, essas reservas podem ser utilizadas para aplicação geral no custeio da conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

7. CRÉDITOS A RECEBER

	2020	2019
Adiantamentos de honorários		-
Adiantamentos a fornecedores	12.462	8.350
Adiantamento de salários	400	551
Adiantamento de Férias	3.379	-
Impostos e contribuições a recuperar	126	126
Total	**16.367**	**9.027**

8. IMOBILIZADO

		2020			2019
	Taxa Anual Depr.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Sem restrição					
Móveis e utensílios	10%	44.053	(14.208)	29.845	12.745
Terminais telefônicos	20%	4.443	(1.979)	2.464	3.314
Máquinas e equipamentos	15%	295.406	(72.872)	222.534	137.530
Equipamentos de informática	20%	12.265	(7.512)	4.753	-
Terrenos	-	15.000	-	15.000	15.000
Embarcações	10%	370.729	(95.292)	275.437	128.968
Imóveis	4%	183.252	(33.596)	149.656	156.986
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	10%	4.973	(3.267)	1.706	2.203
Equipamentos de informática	20%	-	-	-	-
Imóveis - Arrendamento		390.000	-	390.000	420.000
Total		**1.320.121**	**(228.726)**	**1.091.341**	**876.746**

Movimentação do Imobilizado

	2019	2020			
	Líquido	**Adições/ Compras**	**Baixas**	**Depreciação**	**Líquido**
Sem restrição					
Móveis e utensílios	12.745	20.532	-	(3.485)	29.792
Terminais telefônicos	3.314	-	-	(850)	2.464
Máquinas e equipamentos	137.530	107.514	-	(22.511)	222.533
Equipamentos de informática	-	5.819	-	(1.067)	4.753
Terrenos	15.000	-	-	-	15.000
Embarcações	128.968	169.740	-	(23.271)	275.437
Imóveis	156.986	-	-	(7.330)	149.656
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	2.203	-	-	(497)	1.706
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-
Imóveis - Arrendamento	420.000	-	(30.000)	-	390.000
Total	**876.747**	**303.605**	**(30.000)**	**(59.011)**	**1.091.341**

9. INTANGÍVEL

		2020			2019
	Taxa Anual Amort.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Software Geo monitoramento	20%	159.400	(146.403)	12.997	28.077
Software - computadores	20%	267	(267)	-	-
Total		**159.667**	**(146.670)**	**12.997**	**28.077**

10. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2020	**2019**
Salários a pagar	28.971	8.851
Provisão para férias	44.679	20.203
Total	**73.650**	**29.054**

11. ENCARGOS SOCIAIS

	2020	**2019**
INSS a recolher	26.839	6.705
FGTS a recolher	8.624	1.566
PIS sobre folha de pagamento	954	195
Contribuição sindical	154	154
Provisão para encargos sociais sobre férias	14.967	6.768
Total	**51.538**	**15.388**

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
IRRF a recolher – PF	3.805	1.786
IRRF a recolher – PJ	557	497
ISS a recolher	2.616	839
Outras obrigações	1.746	1.560
Total	**8.724**	**4.682**

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2020	2019
Adiantamentos de clientes	9.992	61.386
Despesas a ressarcir	324	324
Ajuda de Custo a Pagar	4.290	-
Luz a pagar	3.235	1.153
Água a pagar	-	-
Telefone a pagar	92	3.580
Total	**17.933**	**66.443**

14. ARRENDAMENTOS

Modalidade	Encargos Financeiros	Circulante		Não Circulante	
		2020	2019	2020	2019
Arrendamento de imóveis	IGPM a.a.	30.000	30.000	360.000	390.000
Total		**30.000**	**30.000**	**360.000**	**390.000**

Corresponde à arrendamento dos imóveis: Fazenda Acurizal, Fazenda Penha e Fazenda Rumo Oeste, de propriedade da ECOTRÓPICA – Fundação de Apoio a Vida nos Trópicos. O prazo determinado no instrumento de contrato de arrendamento é de até 22 de novembro de 2033.

No período de 2020, houve um acordo entre IHP e Ecotropica sobre não realizar o reajuste, com um período de carência de 5 anos, considerando o cenário financeiro da instituição, o alto custo do IGP-M para 2020 e o valor investido pelo IHP em proteção das áreas com relação aos incêndios florestais de 2020. O Advogado do IHP (Dr. Sebastião Rolon Neto) está atualmente redigindo um aditivo ao contrato de arrendamento para formalizar a decisão.

15. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Recursos de aplicações restritas

Modalidade e Órgão	Responsabilidades Decorrentes	2020 R$	2019 R$
Vale S.A.	Referente à parcela única de repasse vinculado ao projeto Cabeceiras do Pantanal. O projeto quer colaborar com a produção de informação ambiental qualificada a respeito do Pantanal, em particular das nascentes e APPs da região do planalto da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Busca-se criar ou fortalecer mecanismos capazes de converter as avaliações científicas e socioeconômicas em informações de qualidade para o planejamento e definição de políticas ambientais.	-	24.512
PRONAC 191717 - MEMORIAL DO HOMEM PANTANEIRO	Elaboração e implantação do Memorial do Homem Pantaneiro	133.285	120.000
Total		**133.285**	**144.512**

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

(a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
(b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
(c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Entidade não possui processos trabalhistas, Cíveis e Tributários envolvendo riscos de eventuais perdas, portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.

17. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

Convênios Governamentais – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2020 R$	2019 R$
FUNLES - Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).	GEOPANTANAL: Ferramenta Tecnológica para Conservação.	-Executar o Plano de Trabalho; -Aplicar o recurso recebido para execução do projeto; -Manter a escrituração Contábil atualizada; -Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas; -Observar as disposições do Decreto Estadual 14.494; -Possibilitar a fiscalização e supervisão pela Concedente; -Devolver os saldos remanescentes; -Prestar Contas dos recursos recebidos.	-	66.759
Pronac 191717 - Memorial do Homem Pantaneiro	PRONAC - Memorial do Homem Pantaneiro	Elaboração e Implantação do Memorial do Homem Pantaneiro	**56.895**	**-**
Total			**56.895**	**66.759**

Termo de Parceria – Instituto Acaia – Sem Restrição

Entidade	Projeto / objeto da parceria	2020 R$	2019 R$
Instituto Acaia	Termo de parceria para ações de fiscalização e monitoramento nas áreas abrangidas pela RPCSA.	238.500	229.800
Instituto Acaia	Termo de parceria para pagamento da manutenção do sistema de comunicação nas áreas abrangidas pela RPCSA.	30.991	24.190
Instituto Acaia	Termo de parceria para desenvolvimento do Projeto Alto Pantanal.	34.032	53.790
Instituto Acaia	Repasse para atendimento emergencial de combate a incêndios florestais	18.274	-
Instituto Acaia	Repasse para pagamento do contrato de arrendamento das áreas da ECOTRÓPICA.	30.000	35.000
Total		**351.797**	**342.780**

Patrocínio não governamental – Com Restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2020 R$	2019 R$
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: monitoramento ambiental como ferramenta para conservação.	Monitoramento Ambiental Serra do Amolar no Pantanal/MS.	-	-
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	14º Curso Estratégia de Conservação e Proteção da Natureza	Curso de Extensão a oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil. Estratégias de Conservação e Proteção da Natureza 2016 se desenvolvido em duas etapas: 1- Não presencial- EaD- Serão cindo Módulos com carga horária de 20h cada no ambiente virtual de ensino (Moodle) e, etapa - 2 presencial realizada na Serra do Amolar no Pantanal/MS..	-	-
Vale SA	Monitoramento Ambiental de Rios	Realizar o diagnóstico ecológico-ambiental das nascentes e APPs da região, identificando estado de conservação, as atividades econômicas e uso do solo das nascentes da Bacia do Alto Paraguai e dos seus principais cursos hídricos	24.518	279.659
Total			**24.518**	**279.659**

18. DOAÇÕES BRIGADA ALTO PANTANAL

	2020	2019
Receitas de doações Brigada Alto Pantanal	1.290.193	-
Total	**1.290.193**	**-**

A Brigada Alto Pantanal surgiu da necessidade de ações estratégicas para reduzir o impacto dos incêndios florestais, além de proteger a floresta, a vida e a propriedade das populações.

Tem como objetivo:

a) Implementar brigadas permanentes encarregadas de realizar atividades de prevenção e manejo integrado do fogo, além do combate direto, quando necessário, na região do Alto Pantanal;
b) Minimizar as consequências dos incêndios florestais, evitando a perda de vidas, danos materiais, ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
c) Desenvolver ações preventivas;
d) Aprimorar as ações de atendimento aos incêndios florestais, à medida que são planejadas e divulgadas, com grande antecipação;
e) Despertar os parceiros envolvidos nas atividades de preparação e treinamento das equipes envolvidas no desenvolvimento do plano; e
f) Mitigar os impactos negativos para o equilíbrio do bioma Pantanal.

Para viabilizar o plano descrito, a administração do IHP iniciou uma campanha para criar uma brigada profissional com homens treinados, equipados e assalariados que irão patrulhar as regiões da Serra do Amolar, Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e Parque Estadual Encontro das Águas.

Desta forma, a administração viabiliza as seguintes ações, que acontecem em 2021:

a) Criação de duas Brigadas de Incêndio Permanentes no Corredor das Onças-Pintadas. Uma brigada ficará sediada no Porto Jofre e outra na Serra do Amolar, com patrulhas de prevenção e combate inicial ao fogo na área que abrange o Paraguai Mirim, a Serra do Amolar, o Parque Nacional do Pantanal e o Parque Estadual Encontro das Águas;
b) Aquisição de EPIs e equipamentos para combate a incêndios, que possam permitir melhor eficiência dos brigadistas em campo;
c) Contratação e manutenção de brigadistas, cobrindo despesas de transporte, alimentação, estadia e remuneração dos mesmos;

19. DOAÇÕES PRESERVAÇÃO SERRA DO AMOLAR

	2020	2019
Receitas de doações Preservação Serra do Amolar	785.472	-
Total	**785.472**	**-**

No ano do 2020, ocorreram os incêndios florestais de forma devastadora. A região da Serra do Amolar foi atingida pelo fogo de forma intensa em quase sua totalidade. Segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da UFRJ (LASA), cerca de 90% das áreas que compõe a Rede do Amolar foram queimadas. Apesar do status de conservação criado pelo conjunto de reservas particulares da Rede do Amolar, as dimensões do impacto ainda são desconhecidas.

O Instituto Homem Pantaneiro, em conjunto com o GRETAP (Grupo de Resgate Técnico Animal do Pantanal/MS), trabalhou de forma direta na região, realizando o atendimento, resgate e assistencialismo a fauna da Serra do Amolar, de agosto a dezembro de 2020. As atividades gerais consistiam no deslocamento da equipe até as áreas afetadas pelo fogo para a busca ativa de animais e seus rastros, carcaças e oferecimento de alimento em regiões com pouca ou nenhuma disponibilidade. Ademais, houve o suporte à comunidade local através de atendimento médico veterinário aos animais domésticos em necessidade e oferecimento de frutas, legumes, milhos e sementes aos moradores para incentivá-los no assistencialismo. Durante o período da operação 18 animais foram atendidos, dos quais 9 eram animais silvestres e 5 domésticos. Em um período de 60 dias, o IHP relizou nove atendimentos e acompanhamento do caso no local, e quatro resgates de fauna, com o deslocamento do animal para o CRAS de Campo Grande.

Estas ações foram custeadas com doações ocorridas em 2020. Para o ano de 2021, sendo a continuação deste projeto, o IHP entende que é urgente estabelecer um planejamento para

entender quais aspectos foram modificados com os incêndios, para estabelecer os próximos passos e para monitorar, avaliar e possibilitar a restauração da região. Sendo assim, o projeto Amolar Sobrevive tem como objetivo elaborar um plano de restauração e o macrozoneamento socioeconômico da região da Serra do Amolar, com especialistas em diferentes áreas do conhecimento. A partir deste plano, será estabelecido as estratégias para as ações programadas a serem implementadas pelo IHP e parceiros.

20. RECEITAS DE TCRAE

	2020	2019
Receitas de TCRAE	653.500	475.250
Outras receitas	-	-
Total	**653.500**	**475.250**

TCRAE – Títulos de Cotas de Reserva Legal Ambiental:

A Resolução SEMAGRO 673 de 14 de março de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 22 de março de 2019, traz os regramentos para fazer a compensação de reserva legal em Mato Grosso do Sul. A Resolução altera o texto de outra normativa, publicada em 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS mais Sustentável.

Como forma de buscar sustentabilidade, o IHP iniciou os procedimentos legais cabíveis para cumprir os requisitos e utilizar recursos destinados pelo sistema de negociação de cotas de reserva - TCRAE.

21. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. O Instituto Homem Pantaneiro possui duas fontes de receitas: doações e serviços prestados, sendo que as receitas auferidas dos serviços prestados, são utilizadas para custear a conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

22. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit. Portanto, não houve pagamentos aos voluntários, pois são serviços não remunerados conforme Lei do Serviço Voluntário.

23. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	429.232	58.876
Contribuição Social sobre Lucros	141.443	19.035
ISS	51.859	29.177
PIS sobre receitas	26.584	16.349
COFINS sobre receitas	122.698	75.456
Total	**771.816**	**198.893**

24. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não possui seguro predial, uma vez que a edificação que se encontra a sede administrativa da Instituição, é tombado pelo Patrimônio Histórico e as corretoras de seguros não realizam seguros em prédio com essa característica.

25. DIREITOS AQUISITIVOS DE PROPRIEDADES

Os imóveis rurais denominados Fazenda Morrinhos e Fazenda Novos Dourados, localizados no município de Corumbá – MS, onde existe a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Elieser Batista, foram adquiridos pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP, da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., por meio do Instrumento de Promessa de Compra e Venda, datado de 11.08.2014, aditado em 16.04.2015 (Fazenda Novos Dourados) e do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos, datado de 11.08.2014 (Fazenda Morrinhos), pelos valores de R$ 2.089.418,90 e R$ 310.581,11, que ainda não foram pagos pelo vendedor ao adquirente, em razão da existência de condições estabelecidas nos instrumentos, que ainda não foram superadas.

As partes firmaram também um Contrato de Arrendamento, datado de 11.08.2014. O preço acordado pelo arrendamento, R$ 600.000,00, foi pago por meio de compensação de créditos em aberto a favor do Instituto, originários do Termo de Parceria e Gestão, Manutenção e Execução de Programas de Conservação, celebrado em 01.01.2010 e aditado em 02.02.2011.

O Instituto Homem Pantaneiro cedeu 95% dos direitos que detinha sobre os imóveis acima mencionados, para um grupo de pessoas físicas, o que foi feito por meio do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos, datado de 10.12.2012, pelo preço de R$ 368.815,07 (Faz. Morrinhos) e R$ 2.481.184,93 (Faz. Novos Dourados), com o intuito de conciliar esforços para continuidade das atividades de preservação ambiental, projetos científicos e de educação ambiental desenvolvidos nos imóveis.

Não havendo mais interesse na parceria estabelecida entre o Instituto e o grupo de pessoas físicas, e no intuito de contribuir para a causa da preservação da Serra do Amolar, o pagamento de R$ 350.000,00, recebido inicialmente pelo Instituto a título de sinal, pela celebração do instrumento de cessão acima mencionado, não foi devolvido. Referido valor foi recebido pelo Instituto em caráter de doação.